

CARACTERIZAÇÃO DE PACIENTES ATENDIDOS EM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E DROGAS DE UM MUNICÍPIO DO NOROESTE DO PARANÁ

Géssica Caroline Zafalon (PIBIC/CNPq/FA/Uem), André Estevam Jaques (Coorientador), Marcelle Paiano (Orientador), e-mail: ra107880@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Biológicas e da Saúde / Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: 40400000/40404005

Palavras-chave: Saúde Mental, Serviços de Saúde, Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias.

Resumo:

O objetivo deste estudo foi caracterizar os pacientes atendidos no CAPS-AD do município de Maringá de acordo com as variáveis: tratamento, encaminhamento, doença previa e medicamentos em uso. Trata-se de um estudo quantitativo e documental, realizado por meio de consultas as planilhas dos atendimentos realizados no ano de 2018 em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas no período de outubro de 2020 a julho de 2021. Os dados foram tabulados e analisados por meio de estatística descritiva simples, com frequências absolutas e relativas e cálculo das médias. Constatou-se maioria dos pacientes eram homens (83,2%), que já haviam feito algum tipo de tratamento anterior (73,8%), tiveram acesso ao serviço por demanda espontânea (36,2%), e já faziam uso de medicamentos da classe dos ansiolíticos (57,3%). Foi possível concluir que conhecer o perfil dos pacientes é de extrema importância para o planejamento dos atendimentos, para que sejam individualizados e de acordo com a realidade de cada um.

Introdução

O atendimento ao usuário dependente de álcool e outras substâncias deve ser realizado de forma integral, conforme a Lei Federal nº 10.216/2001 (BRASIL, 2001), neste sentido e de acordo com a reforma da atenção psiquiátrica, novos programas e serviços foram criados para a inclusão social das pessoas com transtornos mentais e com dependência química. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), a Estratégia Saúde da Família (ESF), entre outros dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), contribuem para o atendimento e tratamento destes indivíduos. O CAPS realiza atendimento às pessoas com transtornos mentais graves e persistentes e às pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, em sua área territorial, em regime de tratamento

intensivo, semi-intensivo e não intensivo. Já o CAPS AD (álcool e drogas) atende adultos ou crianças e adolescentes, considerando as normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente, com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas (BRASIL, 2011). Neste sentido, este estudo teve por objetivo caracterizar os pacientes atendidos no CAPS AD de Maringá de acordo com as variáveis: tratamento, encaminhamento, medicamento em uso e doença prévia.

Materiais e métodos

Trata-se de um estudo de natureza quantitativa e documental, que foi realizado com os dados dos atendimentos realizados no CAPS AD de Maringá no ano de 2018. Para a coleta de dados foi utilizado as planilhas de atendimentos existentes no próprio serviço. As informações foram compiladas em planilha do software Microsoft Excel, agrupando as seguintes variáveis: gênero, idade, estado civil, ocupação, tipo de tratamento realizado, forma pela qual foi encaminhado ao serviço, medicamentos em uso e patologias prévias. A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva simples, frequências absolutas e relativas e cálculo das médias. O projeto seguiu todos os preceitos éticos e legais para pesquisa.

Resultados e Discussão

No ano de 2018 houveram 923 atendimentos totais no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) de Maringá (PR), sendo 155 (16,8%) pacientes do sexo feminino e 768 (83,2%) pacientes do sexo masculino. Destes, 681 (73,8%) já haviam passado por algum tipo de tratamento e 242 (26,2%) estavam iniciando pela primeira vez.

Quanto ao encaminhamento, 114 (12,6%) foram encaminhados pela família, 134 (14,8%) pelo Hospital Municipal de Maringá (HMM), 96 (10,6%) pelo Hospital Psiquiátrico (HP), 327 (36,2%) por demanda espontânea, 40 (4,4%) por meio de instituições judiciais, 10 (1,1%) por encaminhamento médico, 2 (0,2%) por meio das Unidades Básicas de Saúde (UBS), 5 (0,5%) pelo Hospital Universitário (HU), 176 (19,5%) por outros meios e em 19 pacientes esse dado estava sem preenchimento. Os pacientes também foram caracterizados por doenças prévias que apresentavam. Nesta variável foi constatado que 30 (3,3%) tinham o diagnóstico de Aids/HIV, 1 (0,1%) hepatite B, 8 (0,9%) hepatite C, 4 (0,4%) tuberculose, 6 (0,7%) sífilis, 849 (94,5%) nenhuma outra doença anterior e 25 ignorados. Quanto ao uso de medicamentos contínuos, 458 (49,7%) não usavam nenhum tipo de medicamento, 278 (30,1%) faziam uso de ansiolíticos, 78 (8,5%) antidepressivos, 32 (3,5%) neurolépticos e 76 (8,2%) faziam uso de outros medicamentos.

Na maioria dos casos, o paciente não dá continuidade ao tratamento. Este dado pode ser corroborado com pesquisa realizada com pacientes frequentadores do CAPS AD III do município de Pelotas - RS, onde na maioria dos casos, não foi dada continuidade ao tratamento (SANTANA, et

al, 2020). Curiosamente, apesar de muitos não darem continuidade, verificou-se um número alto de retorno ao serviço por demanda espontânea. Tal comportamento pode estar relacionado ao conhecimento que o usuário já tem do serviço, da equipe responsável pelos cuidados, e do tratamento realizado e os benefícios que estes proporcionam, ficando mais confiante e confortável para retornar aos atendimentos quando sentir necessidade.

O Hospital Municipal de Maringá (HMM), por ser considerado o hospital de referência para os atendimentos das emergências psiquiátricas, também realizou encaminhamentos. Ressalta-se que o Hospital Psiquiátrico (HP) também foi responsável por uma parcela menor de encaminhamentos, já que após a implementação da Reforma Psiquiátrica, este dispositivo conta um número menor de atendimentos. Encaminhamentos médicos, das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e do Hospital Universitário (HU) somam apenas 1,8% o que pode indicar um problema na interação entre os serviços da rede de atenção psicossocial (RAPS). E por fim, 4,4% dos pacientes chegaram ao CAPS-AD por meio de instituições judiciais. Os encaminhamentos judiciais ocorrem, na sua maioria, entre jovens-adultos, fato corroborado por pesquisa que diz que o maior número de encaminhamentos judiciais de uma região ocorreu na faixa etária de 26 a 33 anos (ALBUQUERQUE, 2017). Quanto aos fármacos mais utilizados, o presente estudo observou que a classe mais utilizada pelos pacientes é a dos psicofármacos, sendo em sua maioria da classe dos ansiolíticos, seguidos dos antidepressivos e neurolépticos, o que entra em concordância com um levantamento do perfil epidemiológico e socioeconômico dos usuários do CAPS realizado em Fortaleza, demonstrando uso frequente de ansiolíticos, seguido pelos antidepressivos e antipsicóticos (FRANSKOVIK, et al, 2017).

Em relação as doenças prévias em estudo realizado com usuários de drogas em Goiás, apontou que são fatores de risco para a transmissão de hepatites B e C, o uso de drogas injetáveis e não injetáveis. Além disso, constatou-se que o consumo de álcool por esses pacientes pode estar relacionado ao não uso de preservativos nas relações sexuais, expondo os usuários ao risco de contrair varias infecções sexualmente transmissíveis (IST), fato que pode explicar as maiores incidências de hepatites e IST nos pacientes atendidos (GUSMÃO, et al, 2017)

Conclusões

Percebe-se que a maioria dos pacientes são do sexo masculino, fizeram tratamentos anteriores e que procuraram espontaneamente o serviço. Também a maioria dos pacientes não possuíam doenças prévias e não faziam uso de quaisquer tipos de medicamentos. Ressalta-se a importância de conhecer o perfil da população atendida para a confecção de planos de cuidado individualizados, visando maior qualidade de vida e otimização do tratamento. Também a necessidade de investimento na qualificação dos profissionais envolvidos nas Redes de Atenção Psicossocial.

Agradecimentos

Ao CNPq pela bolsa PIBIC-CNPq/FA/UEM.

Referências

ALBUQUERQUE, D.B.P.D. **Demanda judicial: perfil dos usuários de drogas atendidos em um CAPS ad III em Brasília.** Repositório Institucional da UFSC, [s. l.], ano 2014, 19 fev. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/173636>. Acesso em: 16 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.** Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 abr 2001.

FRANSKOVIK, L.D et al. **Perfil epidemiológico de usuários de psicotrópicos de um CAPS da zona da mata do estado de Rondônia.** Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde, [s. l.], ano 2018, v. 7, n. 1, p. 68-92, 18 jun. 2018. Disponível em: <https://45.238.172.12/index.php/ries/article/view/1128/760>. Acesso em: 16 jun. 2021.

GUSMÃO, P.D.P et al. **Prevalência de infecções pelos vírus das Hepatites B e C em uma população de usuários de drogas de Anápolis, Goiás.** Repositório Institucional AAE, Anápolis, ano 2017, 31 maio 2017. Disponível em: <http://45.4.96.19/handle/ae/5448>. Acesso em: 13 jun. 2021.

SANTANA, Ramaile Tomé et al. **Perfil dos usuários de CAPS-AD III.** Brazilian Journal of health Review, Curitiba, ano 2020, v. 3, n. 1, p. 1343-1357, 28 fev. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/7228/6296>. Acesso em: 13 jun. 2021.